



## **ENSINO REMOTO: DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA A CONTINUIDADE DO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA (IN)DEPENDENTE DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**

Jackeline Sousa Silva <sup>1</sup>  
Francisco Ivo Gomes de Lavor <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objeto uma investigação sobre o ensino remoto nas escolas do município de Acopiara, interior do Estado do Ceará, durante a pandemia da COVID-19. O objetivo geral é conhecer os desafios enfrentados pelas escolas para a execução do ensino remoto e as alternativas para garantir o acesso de seu alunado às atividades, dependentes ou não do uso das tecnologias digitais. Para isso, percorremos um caminho metodológico que teve início com uma pesquisa bibliográfica, a partir das leituras de materiais já publicados; e documental, em que procedemos à busca e análise de documentos elaborados sobre o objeto de estudo; seguido por um levantamento, a partir de questionário *on-line* na ferramenta *Google Forms*, ao qual responderam um representante de cada núcleo gestor das 39 escolas pesquisadas. Concluímos que a maioria dos alunos consegue ter acesso ao ensino remoto, que ocorre por meio das tecnologias digitais, enquanto o restante se divide entre os que recebem material impresso para estudo em casa e os que não estão tendo acesso a nenhuma forma de atividade. Esse resultado aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas à inclusão digital, de alteração nos programas de ensino dos cursos de formação para a docência e de planejamento de ações por parte das escolas, a fim de sanarem as deficiências que se apresentarão no retorno às aulas presenciais.

**Palavras-chave:** Ensino remoto, Tecnologias digitais, Pandemia, COVID-19.

### **INTRODUÇÃO**

Os últimos meses têm sido de grandes mudanças em todos os setores que permeiam a vida de todas as pessoas, devido à pandemia causada pelo Sars-CoV-2, o novo coronavírus, denominada COVID-19.

O vírus surgiu na China, no final do ano de 2019 e, rapidamente, foi se alastrando para os outros países. No Brasil, o primeiro caso foi registrado ao final do mês de fevereiro, mas a pandemia somente foi declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 e, desde então, as autoridades governamentais iniciaram a emissão de decretos de isolamento social.

Os decretos emitidos recomendaram o fechamento de várias instituições públicas e

---

<sup>1</sup> Mestre em Letras, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Professora da Educação Básica do município de Acopiara-CE e do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas do Ceará (UniFIC), jackeliness23@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Sistemas Agroindustriais, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Professor e Coordenador do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas do Ceará (UniFIC), ivodilavor@gmail.com.



privadas do país, incluindo os estabelecimentos de ensino. Com isso, ficou evidente a necessidade e a recomendação da suspensão das atividades presenciais por período, inicialmente, determinado, que foi sendo prorrogado por diversas vezes e se mantém até hoje, em boa parte das instituições escolares. Algumas já encararam o desafio de retornarem às aulas presenciais, seguindo os protocolos sanitários, e outras, discutem estratégias e possibilidades para o retorno.

Os governos estaduais emitiram, cada um por sua vez, decretos contendo as medidas a serem adotadas para o período de pandemia da COVID-19. O Governo do Estado do Ceará publicou o Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020, que, ao mesmo tempo em que suspendia atividades presenciais, liberava instituições de ensino para promoverem atividades na forma remota, porém, sem deixar claro por quais meios deveria acontecer essa forma remota de ensino.

Dez dias depois, o Conselho Estadual de Educação do Ceará publicou um documento contendo diretrizes para o período de suspensão das atividades presenciais, amparando-se no § 4º, do artigo 32, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece que “o Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (CEARÁ, 2020, p. 3).

Esse documento orientava as escolas a elaborarem um Plano de Atividades Domiciliares que, entre outras diretrizes, deveria determinar que os professores elaborassem atividades referentes a suas respectivas disciplinas, as quais os alunos deveriam entregar “por meio digital durante o período de suspensão das atividades presenciais. No entanto, caso as/os estudantes não possam realizar a entrega por meio digital, esta deverá ser feita de forma física, na retomada das aulas presenciais” (*idem*).

Foi determinado, ainda, que a realização de estudos domiciliares poderia ser apoiada por meio da utilização de suportes tecnológicos para a interação professor-aluno sem, contudo, indicar quais suportes seriam estes.

Quase que paralelo a este documento, o Conselho organizou todas as orientações na Resolução nº 481, de 27 de março de 2020, que citou a Educação Infantil, peconizando que sendo esta a “primeira etapa da Educação Básica, deverão ser respeitadas as especificidades, possibilidades e necessidades das crianças em seus processos de desenvolvimento [...]” (CEARÁ, 2020, p. 4).

Quanto ao acesso dos alunos às atividades, essa Resolução determinava que os gestores das redes públicas ou das unidades escolares privadas deveriam:



preparar material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidades de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa. (CEARÁ, 2020, p. 3).

Mais uma vez, professores e estudantes teriam como principal meio de interação as plataformas digitais, ou seja, mediado pelo uso das tecnologias. Daí, iniciou-se a grande discussão: E o aluno que não tem acesso à internet, como ficaria? Como teria acesso ao ensino durante a pandemia?

Essas indagações, obviamente, deveram-se à necessidade de isolamento social rígido, como forma de buscar a contenção da pandemia e preservar a saúde de alunos, familiares, profissionais da Educação, enfim, da população em geral.

As Secretarias Municipais de Educação, vendo-se diante de uma situação nunca antes esperada, iniciaram a busca por formas alternativas de repassar orientações aos gestores escolares para evitar que os prejuízos escolares fossem maiores que os previstos. Havia, ainda, e principalmente, o intuito de prevenir a evasão escolar dos alunos que não conseguiam se conectar com seus professores e acompanhar as atividades repassadas por meio das ferramentas tecnológicas.

De repente, todo o sistema educacional teve que se reorganizar para garantir a continuidade do ensino, de forma a abranger o maior índice possível de alunos. Os gestores escolares buscaram dominar os aplicativos de webconferência para reunirem-se com suas equipes docentes que, por sua vez, utilizaram-se dos meios tecnológicos de que dispunham e conheciam para interagirem com os discentes.

Além disso, os professores tiveram, ainda, que se preocupar em descarregar constantemente os arquivos de seus celulares para receberem, diariamente, e sem horários definido, centenas de fotos com atividades de alunos e inúmeras mensagens com pedidos de auxílio para a realização destas.

Já os alunos, no seio familiar, apropriaram-se dos celulares de seus pais e/ou responsáveis que, por um lado, reclamavam por também necessitar do equipamento para trabalhar, de forma remota; por outro, questionavam por não dispor de tempo ou de conhecimentos suficientes para orientarem seus filhos.

Em meio ao cenário desenhado, continuavam as indagações: e os alunos que não tinham acesso à internet ou que não possuíam um celular ou, menos ainda, um computador



com conexão, o que fariam para receber e enviar atividades escolares aos professores? Como falar de ensino remoto nesse contexto?

E é justamente devido a essas onquietações que o ensino remoto que se configura como objeto deste estudo, tendo em vista a necessidade de conhecer como as escolas sanaram, e se sanaram, as questões que dificultaram a manutenção do processo de ensino e aprendizagem no período de pandemia.

Nossa pesquisa teve como questão norteadora: de que forma as escolas conseguiram, ou se não conseguiram, manter o vínculo entre aluno e aprendizagem, duante o período de pandemia, (in)dependente da possibilidade de conexão por meio das tecnologias digitais, frente às recomendações de distanciamento social?

O estudo realizado teve como objetivo geral: conhecer os desafios enfrentados pelas escolas para a execução do ensino remoto e as alternativas para garantir o acesso de seu alunado às atividades, dependentes ou não do uso das tecnologias digitais.

Os objetivos específicos delineados foram: investigar os meios, virtuais e/ou físicos, utilizados pelas escolas da Rede Pública Municipal para que as atividades escolares chegassem até os alunos; identificar o índice de alunos que não conseguiram ter acesso a nenhuma forma de atividade durante a pandemia e de que forma as escolas planejam recuperar o aprendizado desses alunos e, por fim, conhecer a visão dos gestores escolares sobre o ensino remoto.

No tópico a seguir, trazemos um referencial teórico, com intuito de ampliar a contextualização do tema em estudo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Iniciamos este tópico, levantando um questionamento que permeou a cabeça de vários educadores no momento em que se viram praticamente obrigados a executar o ensino remoto: “afinal, o que é o ensino remoto?”.

Além dos documentos já citados na introdução deste texto, foram publicados outros trazendo orientações sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições escolares na realização desta modalidade, que utilizaremos para nos ajudar a defini-la.

Destacamos que todos os documentos elaborados precisaram se ater à principal finalidade do processo educativo, que se constitui do atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional, expressos por meio das competências estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e desdobradas



nos currículos e propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino de educação básica (BRASIL, 2020).

Em 5 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação publicou o Parecer nº 05/2020, trazendo orientações mais específicas sobre ações a serem planejadas e executadas pelas escolas, como:

- a) reorganização do calendário escolar, incluindo previsão de reposição de carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência; a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares; a ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais) concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades;
- b) elaboração de atividades para Educação Infantil, que até então, não havia recebido orientações sólidas para o período de emergência. Tanto para crianças das creches (0 a 3 anos) como da pré-escola (4 e 5 anos), o texto do parecer estabelece que as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura;
- c) para os anos iniciais, o parecer sugere atividades, entre as quais destacam-se: aulas gravadas para televisão ou via plataformas digitais; elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança para realização de atividades; distribuição de vídeos educativos (de curta duração) por meio de plataformas *on-line*; realização de atividades *on-line* síncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica; oferta de atividades *on-line* assíncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica e familiaridade do usuário; exercícios e dever de casa de acordo com os materiais didáticos utilizados pela escola; sistema de avaliação realizado a distância sob a orientação das redes, escolas e dos professores;
- d) para os anos finais, as orientações são as mesmas anteriores, acrescidas de realização de testes *on-line* ou por meio de material impresso, entregues ao final do período de suspensão das aulas; e utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais.



Finalizando a extração das informações desse documento, ressaltamos que as mesmas orientações se aplicam às especificidades do atendimento dos estudantes da Educação Especial, modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de educação, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Outro ponto que requer discussão, a nosso ver, é a distinção entre ensino remoto e Educação à Distância (EaD), que causou uma certa dificuldade de entendimento entre a comunidade escolar.

Para esclarecer essas diferenças, fizemos um recorte de um texto divulgado no site SAE Digital e elaboramos o seguinte quadro, visto que na literatura educacional não existem publicações oficiais sobre o ensino remoto, uma vez que a pandemia da Covid-19 é uma experiência extremamente nova, ao contrário da Educação à Distância, que já tem orientações previstas na LDB.

**Quadro 01: Diferenças entre EaD e Ensino Remoto**

<b>Critério</b>	<b>Educação à Distância</b>	<b>Ensino Remoto</b>
Dinâmica de aula	Prioriza o uso de videoaulas gravadas, garantindo acesso assíncrono	Baseada, principalmente, em transmissões ao vivo ou gravadas nos dias e horários habituais dos encontros presenciais da turma.
Materiais didáticos	Materiais padronizados entre as turmas e séries.	Conteúdos elaborados pelo professor, de acordo com a maior ou menor evolução dos estudantes.
Cronograma	Planejamento unificado, gerando um calendário para todos os alunos dentro do conteúdo programado.	Segue o calendário proposto no Plano de Aula, devendo receber apenas as mudanças necessárias para atender ao cenário de crise.
Meio de interação	Interação com o tutor da disciplina pela plataforma, em tempo real ou de forma assíncrona.	Os alunos possuem interação diária ou frequente com o professor para sanarem suas dúvidas.



### Quadro 01: Diferenças entre EaD e Ensino Remoto

(Continua)

Avaliações	Tendem a ser padronizadas, muitas vezes com testes e atividades produzidos e corrigidos de maneira automatizada pelo sistema adotado.	Criadas pelo professor da disciplina, conforme o conteúdo abordado durante as aulas remotas para cada uma de suas turmas.
------------	---	---

Fonte: <https://sae.digital/aulas-remotas/> (Adaptado)

Além das características expostas no quadro acima, acrescentamos que a EaD é uma modalidade reconhecida pelo sistema educacional, com estrutura organizada para funcionamento, enquanto o ensino remoto configura-se numa solução encontrada para suprir a impossibilidade de aulas presenciais diante de um contexto emergencial, autorizado temporariamente pelos órgãos educacionais, e que não dispõe de plataformas permanentes, podendo fazer uso de plataformas diversas com funcionamento síncrono ou assíncrono.

Com relação à utilização das tecnologias, o SAE Digital (2020) remete que a EaD não precisa, obrigatoriamente, acontecer de forma virtual, ao contrário do ensino remoto, que segundo o site, “preconiza a transmissão em tempo real das aulas. [...] isso significa manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um de diferentes localidades”.

No tópico a seguir, esclarecemos os caminhos metodológicos que culminaram nos resultados aqui relatados.

## METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se, segundo a teoria de Prodanov e Freitas (2013, p. 51), como pesquisa de natureza básica, caracterizado por gerar conhecimentos novos, sem aplicação prática, mas úteis para o avanço da ciência.

Quanto aos objetivos, é uma pesquisa exploratória que, com base nos estudos de Cervo, Bervian e Silva (2006), estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de



uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses.

Utilizamos como procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica, a partir das leituras de materiais já publicados; documental, em que procedemos à busca e análise de documentos elaborados sobre o objeto de estudo; levantamento, a partir da elaboração e envio de questionário *on-line*, por meio da ferramenta *Google Forms*, ao qual responderam um representante de cada núcleo gestor das 39 escolas de ensino regular, que compõem a Rede Pública Municipal de Acopiara, município situado no interior do estado do Ceará.

Os critérios tomados para a análise dos dados foram analíticos e descritivos, pois preveem a interpretação e a análise dos dados tabulados automaticamente pela ferramenta digital.

A análise dos resultados e discussão será desenvolvida a partir das evidências observadas nos dados coletados, de acordo com a metodologia aqui traçada, com relações feitas através do referencial teórico e complementadas com o posicionamento dos pesquisadores.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Analisamos as respostas obtidas por meio do questionário, composto por 10 (dez) questões alinhadas aos objetivos traçados para nosso estudo e aplicado de forma *on-line*, e expomos a seguir, discutindo-as à medida em que são apresentadas. Ressaltamos que o foco da nossa pesquisa constitui-se das escolas públicas municipais de ensino na modalidade regular, ou seja, que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental.

As perguntas se dividiam em dois blocos, sendo que o primeiro teve como objetivos traçar um perfil das instituições escolares, com dados referentes ao ano em curso, visto ser este o período que nos interessa investigar.

Dentre o universo de 39 escolas respondentes, 74,4% localizam-se na zona rural e 25,6% na zona urbana do município. Quanto aos níveis de ensino ofertados, a maioria tem sob sua gestão turmas nos dois níveis de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental, 28,2% oferta somente Ensino Fundamental e 2,6% corresponde a Centros de Educação Infantil.

Um percentual correspondente a 46,2% das instituições pesquisadas atende a um público de 100 a 300 alunos, 7,7% atende a um quantitativo de 301 a 500 alunos, um percentual igual atende a mais de 500 alunos e o percentual restante conta com uma matrícula de até 100 alunos.





O segundo bloco, formado por 7 perguntas, abordou questões com o propósito de caracterizar o como ocorreu a oferta de ensino da pela escola, no decorrer da pandemia.

As escolas, em sua totalidade, informaram ter aderido ao ensino remoto, sob orientação da Secretaria Municipal da Educação, como estratégia para garantir a contibuidade da aprendizagem do seu alunado. Também foram unânimes em afimar que, para que os alunos tivessem acesso às atividades, utilizaram-se tanto de equipamentos conectados à internet (computadores e celulares) quanto da entrega de atividades impressas.

A esse respeito, uma matéria divulgada pela Revista Nova Escola apresenta definição oposta de ensino remoto à que foi exposta pelo SAE Digital, quando enfatiza, por meio do próprio título, que “nem só de tecnologia vive o ensino remoto: estratégias off-line ampliam acesso às atividades na quarentena”.

A revista traz, ainda, o depoimento de Garcia, presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de São Paulo: “no primeiro momento parecia que a solução seria, com fluidez e tranquilidade, o uso de tecnologias digitais. Mas a realidade de muitos municípios mostra as dificuldades de acesso”.

Esse depoimento se assemelha às realidades encontradas no município de Acopiara, em que, para não deixar os alunos sem acesso ao conteúdo escolar, os gestores se mobilizaram para viabilizar a entrega de materiais impressos, que aconteceu de diversas formas.

O meio mais utilizado, apontado por 89,7%, foi a entrega pelos próprios gestores ou professores nas residências dos alunos; seguida da atribuição a pais e responsáveis de pegarem o material na escola, por 53,8%; utilização de serviços de terceiros (mototaxistas e pessoas da comunidade) por 12,8%; e 2,6% indicaram o envio das atividades por outros servidores da própria escola.

Considerando a realização do ensino remoto, com utilização de tecnologias, os meios utilizados pelo corpo docente também se apresentaram diversificados, sendo que o uso do Whatsapp prevaleceu, sendo apontado por 100% das escolas; 82,1% informou utilizar, além deste, aplicativos para a realização de webconferência, sobressaindo-se Zoom e Google Meet; 35,9% afirmou trabalhar com a disponibilização de aulas gravadas pelos docentes e 2,6% indicou utilizar aulas disponibilizadas em canais de TV específicos.

Com relação às aulas gravadas e disponibilizadas em canais de TV, destacamos a ação da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC), que diz respeito ao lançamento do Programa Vamos Aprender Ceará, oferecendo conteúdos educacionais que são veiculados pela TVC e pela TV Assembleia, como estratégia de apoio ao ensino remoto.



A fim de viabilizar a expansão do programa, foi divulgada uma Grade de Programação, com horários e públicos definidos para cada canal, e uma Grade de Conteúdo em arquivo no formato de pdf interativo, repassadas aos coordenadores pedagógicos e aos professores, por intermédio de encontros formativos, também virtuais.

Outro material elaborado pela SEDUC foi intitulado #EstudoemCasa, constituído por materiais como vídeos, podcast, cadernos de atividades e cards com a finalidade de apoiar o Ensino Remoto, sendo utilizado nas aulas realizadas pelos meios digitais, ou os estudos domiciliares, sendo reproduzidos e entregues pelas escolas nas residências dos alunos.

Para alcançar o objetivo de conhecer os índices representativos de alunos que conseguiram participar das atividades remotas, solicitamos aos gestores que apontassem a forma de participação dos alunos nas atividades desde a suspensão das aulas presenciais.

A maioria das escolas apontou que o percentual de alunos que não participou das atividades foi de 1 a 25%; quanto ao percentual que recebeu atividades impressas, a maior parte das escolas também aponta ter sido de 1 a 25% de alunos; e, com relação ao uso das tecnologias, sobressaiu-se o percentual de 51 a 75% dos alunos

Diante desses dados, fica evidente que a maior parte dos alunos participou do ensino remoto, com auxílio das tecnologias. No entanto, não se pode desprezar o quantitativo que ficou sem interação com os professores ou, ainda, que não tiveram acesso às atividades no período da pandemia.

Considerando esse percentual que não teve acesso de nenhuma forma aos conteúdos, indagamos às escolas sobre a existência um plano de recuperação do aprendizado após o retorno presencial, ao que 43,6% afirmou ainda não ter um planejamento efetivo para este fim, e o percentual restante revelou a pretensão de ofertar reforço no contaturno, além da reorganização do calendário escolar para atendê-los.

Finalizamos, buscando conhecer a visão do núcleo gestor sobre o ensino remoto e constatamos que 94,9% considera que essa forma de trabalho é válida, pois é uma forma de manter o vínculo entre o aluno e a aprendizagem, seja por meio das tecnologias ou das atividades impressas, mesmo que não seja possível atingir a todos os alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Lançar um olhar mais amplo sobre o ensino no contexto de pandemia que estamos vivenciando nos fez descortinar o esforço que as escolas vêm fazendo para manter o vínculo



entre o aluno e a aprendizagem, indo muito além do que as tecnologias digitais podem oferecer, embora este vínculo esteja sendo mantido de forma parcial.

Pouco mais da metade dos alunos têm acesso ao ensino remoto, que gestores educacionais e professores se organizaram em tempo recorde para promover, desfazendo-se de antigos conceitos e abrindo-se ao desenvolvimento tecnológico, há muito preconizado por documentos oficiais elaborados para nortear o processo de ensino e aprendizagem, mas que até então ainda encontravam resistência para serem inseridos na prática.

Entre os alunos que não tem acesso às tecnologias, boa parte foi contemplada com o recebimento de materiais em sua residência, a partir de uma força-tarefa realizada pelas escolas para assegurar o acesso aos materiais de estudo, enquanto outra parte, infelizmente, continua, literalmente, desconectada da escola e, conseqüentemente, da aprendizagem, requerendo que as escolas elaborem e/ou efetivem um plano de ação pedagógica para estes por ocasião do retorno presencial.

Diante dos resultados obtidos por meio deste estudo, evidenciamos a necessidade de que as formações para a docência, tanto a acadêmica quanto a continuada, incluam em seus programas de ensino conteúdos voltados à apropriação das tecnologias digitais para a Educação e de que os órgãos governamentais implementem políticas públicas voltadas a inclusão digital de alunos e professores.

Por fim, reforçamos a necessidade de posteriores estudos relacionados a esta temática, visto que as lacunas que ficarem na aprendizagem ocasionadas pelo período de pandemia da COVID-19, certamente, repercutirão na continuidade do desempenho acadêmico dos alunos, bem como nos índices educacionais utilizados para avaliação e planejamento do trabalho escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 05/2020**, de 5 de abril de 2020. Disponível em: [https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP\\_5\\_2020-1.pdf-HOMOLOGADO.pdf](https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020-1.pdf-HOMOLOGADO.pdf). Acesso em: 30 ago. 2020.

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Resolução N° 481**, de 27 de março de 2020. Disponível em: [https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2019/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CEE-481\\_2020\\_-COVID19-28\\_03.pdf](https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2019/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CEE-481_2020_-COVID19-28_03.pdf). Acesso em: 30 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado do Ceará. **Decreto N° 33510**, de 16 de março de 2020. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390721>. Acesso em: 30 ago. 2020.



\_\_\_\_\_. Governo do Estado do Ceará. **Diretrizes para unidades de ensino durante período de suspensão de aulas presenciais.** Disponível em: [https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/Diretrizes\\_escolas.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/Diretrizes_escolas.pdf). Acesso em: 01 set. 2020.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica.** 6 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall Brasil, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAE DIGITAL. **O que são aulas remotas?** Disponível em: <https://sae.digital/aulas-remotas/#>. Acesso em: 01 set. 2020.

SALAS, Paula. **Nem só de tecnologia vive o ensino remoto: estratégias off-line ampliam acesso às atividades na quarentena.** REVISTA NOVA ESCOLA, 27 de julho de 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19547/nem-so-de-tecnologia-vive-o-ensino-remoto-estrategias-off-line-ampliam-acesso-as-atividades-na-quarentena>. Acesso em: 01 set. 2020.